



**Ata da Reunião Ordinária Pública da
Câmara Municipal do Concelho de
Figueira Castelo Rodrigo, realizada no
dia vinte de novembro de dois mil e
treze.**

----- Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas catorze horas e quarenta minutos, neste edifício dos Paços do Município, comigo, Ana da Conceição Reigado Aguilar Ribeiro, Assistente Técnica desta Câmara Municipal, compareceram os Srs. Dr. Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara, Dr. António Alberto Raposo Morgado, Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Nelson Rebolho Bolota, Dr. António Edmundo Freire Ribeiro, Vereadores Efetivos, para a realização de uma reunião ordinária pública. -----

----- Faltou por motivos justificados a Senhora Dr.ª Sandra Monique Beato Pereira, Vereadora Efetiva. -----

----- **Aprovação da Ata da Reunião Anterior** -----

----- A ata da reunião anterior foi aprovada com dispensa de leitura pelo facto de terem sido distribuídas fotocópias da mesma com antecedência não tendo merecido por parte dos membros presentes qualquer reparo. -----

----- **Antes da Ordem do Dia** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, saudando e agradecendo a presença de todos. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. António Edmundo Freire Ribeiro, para mostrar a sua apreensão com o decurso do trabalho decorrente da transferência de gestão no atinente à Empresa Municipal. Há, alegadamente, ordens para limitar a actividade, e está a ser questionada a legalidade do seu funcionamento e não nos parece daí resultar nada de bom para os munícipes e para o Concelho. -----

----- Como sabe o Sr. Presidente, as duas EM.s Figueira Cultura e Figueira Verde, foram objecto de fusão recente, em momento anterior ao novo Regime legal do Sector Empresarial das Autarquias Locais, e como tal, não tinha a nova entidade, histórico para se aferir da percentagem de dependência de subsídios da Autarquia, nos últimos 3 anos, mantendo a sua actividade e

prestando serviços contratualizados nos termos da lei, respeitando todos os seus preceitos. Depois de criada a EM, deixou o Município de admitir funcionários para muitos serviços assumidos por aquela, veja-se por exemplo as piscinas municipais construídas em 2007, e para cujo equipamento não tinha a Câmara funcionários que pudessem ali prestar trabalho técnico, razão pela qual se defende não termos funcionários a mais. -----

-----Atenta a aplicação retroactiva de uma norma daquele Regime, foi ainda judicialmente suscitada a sua não aplicação à EM, tal como em muitos outros Municípios do País, pelas razões aduzidas e por não haver lugar à aplicação retroactiva do preceito, em violação de outras leis de valor superior, designadamente a Constituição da República. -----

-----A Empresa Municipal presta muitos Serviços, necessários ao bem-estar dos munícipes, e emprega um conjunto significativo de pessoas, razão pela qual tudo devemos fazer para cumprir com os ditames da Assembleia Municipal que unanimemente mandou o Executivo a tudo fazer para salvaguardar a existência da Empresa Municipal e para assegurar a continuidade do seu objecto social e manter todos os postos de trabalho. Seria a morte do Concelho se deixássemos de apostar na viabilidade da Empresa Municipal. Só temos uma Empresa, a Administração não é remunerada, e presta serviços da maior importância, não tendo a Empresa qualquer dívida para com os Bancos ou outras entidades. -----

-----Gostávamos de saber se já decorreram as eleições para os Órgãos Dirigentes da Territórios do Cõa, Associação de Desenvolvimento Regional com sede no nosso Concelho e com um papel fundamental na atractividade de investimento para o Concelho e no desenvolvimento de uma Estratégia de Eficiência Colectiva de âmbito Regional e qual a posição e o sentido e voto do Município de Figueira.-----

-----Gostávamos de saber quando vai o Município mandar rebobinar o motor da extracção de ar das piscinas municipais, que está avariado, há pelo menos três semanas, e que faz com que haja condensações em demasia, prejudicando tectos e paredes que depois terão de ser arrançados e pintados, quando agora com pouco mais de uma centena de euros se resolveria o problema evitando-se aquelas complicações futuras.-----

-----Estando a decorrer uma importante acção de formação de técnicos superiores para cargos de direcção, ministrada pelo CEFA na cidade da Guarda, uma excelente oportunidade para os técnicos, com uma formação de proximidade gostaríamos de perguntar se não houve técnicos da

nossa Autarquia interessados uma vez que somos talvez a única Autarquia que não tem qualquer técnico superior a frequentar aquele curso.-----

----- Havendo conhecimento de que vai encerrar actividade a unidade de turismo de Castelo Rodrigo, denominada Casa do Baldo, gostaríamos de saber se foram estabelecidos contactos com a Autarquia. Qualquer encerramento da actividade comercial preocupa-nos e tudo devemos fazer para impedir esses fechos e salvaguardar postos de trabalho, naquilo que estiver ao alcance da Câmara. -----

----- Tendo surgido notícias de que os CTT iam reduzir dois postos de trabalho de carteiros no nosso Concelho, gostaríamos de saber se a Câmara tem conhecimento e exortar o Sr. Presidente a reagir contra essa situação se estiver previsto venha a realizar-se. Qualquer diminuição da actividade Comercial preocupa-nos seriamente.-----

----- Gostaríamos de propor ao Executivo que apoiasse a Fundação D. Ana Paula, até que venham os fundos comunitários a que concorreu para as obras recentemente realizadas, apoiando a IPSS que desenvolve uma importante actividade social e educativa. Como sabe, tem de ter os impostos em dia para receber aqueles fundos comunitários, que se estimam sejam da ordem dos 110 mil euros, pelo que nesta fase seria de todo importante que o Município lhe pudesse destinar um apoio financeiro e que a nova direcção tudo fizesse para aprovar o Orçamento da Instituição para 2014, para que se mantenham em dia subsídios da Segurança Social.-----

----- Regozijamo-nos com a boa situação financeira do Município a esta data em que o Mandato se inicia e desejamos que a gestão financeira futura mantenha esta boa liquidez. E nesta matéria, permita o Sr. Presidente que lhe diga que não podemos por um lado andar sempre a dizer que devemos muito aos bancos no longo prazo e por outro dizer que este dinheiro depositado efectivamente nos bancos não existe. Todos sabemos que este dinheiro existe efectivamente depositado nas contas do Município e resulta de termos obtido financiamento comunitário para diversas obras, que também estavam previstas no contrato de empréstimo. Como não podia haver duplo financiamento, o dinheiro foi depositado a prazo, rendendo juros credores superiores aos juros devedores e solicitou-se alteração da cláusula do empréstimo que elencava as obras, de modo a poderem ser consideradas outras obras, o que ainda aguarda confirmação das entidades competentes. -----

-----Sendo assim, Sr. Presidente, proponho-lhe que amortize sem mais a dívida ao banco com este dinheiro sobran­te do último empréstimo contratado e reduzindo dessa forma significativamente a dívida em cerca de pelo menos 40% do seu valor actual e libertando fundos disponíveis uma vez que baixará - e muito - o valor com juros e amortizações, aumentando logo os fundos disponíveis do Município nessa mesma razão. -----

-----Agora Sr. Presidente, não pode ver no défice este valor total em dívida, e nos activos esquecer que este dinheiro existe, quando ele está no Banco à ordem ou a prazo em contas do Município, demonstrando o Resumo de Tesouraria à data de ontem, 19 de Novembro de 2013, e presente a esta Reunião nos termos da Lei, disponibilidades totais no valor de 3 828 109,13€ (três milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e nove euros e treze cêntimos). -----

-----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que este executivo tem todo o interesse em resolver todos os problemas referentes à Empresa Municipal, tanto mais que estão em causa muitos postos de trabalho que merecem ser acautelados. Informou ainda que já solicitou à CCDR um parecer jurídico à Dr.^a Maria José Castanheira Neves, no sentido de se avaliar a atual situação da situação da Empresa Municipal até à presente data, bem como eventuais propostas de solução alternativas que permitam salvaguardar os postos de trabalho em causa. Salientou ainda que a situação atual da Empresa Municipal se deve ao anterior executivo que ultrapassou os prazos legais e nada fez para viabilizar a referida empresa. Frisou ainda o Sr. Presidente que este executivo tem todo o interesse em salvaguardar os postos de trabalho pertencentes à Empresa Municipal dentro dos preceitos legais.-----

-----Quanto às eleições para os Órgãos Dirigentes da Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional, fomos surpeendidos com a informação da mudança de sede para outro concelho por proposta dos Municípios de Almeida e Vila Nova de Foz Côa e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo simplesmente não foi consultado em relação a esta posição. Reiterou o Sr. Presidente que nesta reunião em apreço, o Sr. Presidente manifestou o seu desagrado pela forma como todo o processo decorreu, tendo em conta que o Sr. Presidente do Município de Almeida não informou o seu homólogo Figueirense desta intenção, apresentando apenas o facto consumado. Saliente-se ainda que o Sr. Vice-Presidente de Trancoso e o Sr. Presidente de Mogadouro também demonstraram a sua perplexidade perante esta alteração proposta, uma vez que não compreendiam a necessidade de mudança de sede.-----

----- Quanto ao motor da extração de ar das Piscinas Municipais, posso informar o Sr Vereador que o assunto está a ser tratado, pois já foram pedidos orçamentos para a resolução do problema o mais depressa possível.-----

----- Quanto à acção de formação de técnicos superiores para cargos de direcção, ministrada pelo CEFA na cidade da Guarda, foi solicitada à Secção de Recursos Humanos informação no sentido de a formação ser frequentada por alguns técnicos, mas como a referida formação funciona no período laboral, neste momento não foi possível disponibilizar nenhum técnico pois eles são indispensáveis no Município. -----

----- No que diz respeito à Fundação D. Ana Paula a situação financeira também é muito grave, mas este executivo tem todo o interesse em continuar a apoiar a Fundação. Contudo não vai ser fácil pois tem muito pessoal ao serviço e muitos encargos com obras realizadas recentemente.

----- Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente Dr. António Alberto Raposo Morgado, para questionar o Sr. Vereador Dr. António Edmundo Freire Ribeiro, sobre a actual situação da sede do Concelho em termos de saneamento básico dado que apenas metade do aglomerado urbano está servido com uma ETAR. -----

----- **Ordem do Dia** -----

----- **Assuntos Diversos** -----

----- **Informação Interna n.º 45/2013 da Divisão Financeira.** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara a Informação Interna n.º 45/2013, referente à Informação sobre a situação financeira do Município com referência à data de 18 de Outubro, conforme documentação anexa à ata. -----

----- O Sr. Presidente expôs resumidamente o enquadramento concernente ao princípio da não consignação da receita pelo que, o valor disponível para investimentos, concretamente, os 2.551.321,01 € não pode ser utilizado para pagamento de despesas correntes. Este montante apenas poderá ser utilizado para pagar o valor de obras incluídas no contrato de empréstimo (4.600.000 €), e que apenas com a autorização do visto do Tribunal de Contas se poderá alocar estas verbas a outras obras. Convém referir que a dívida não registada, o Sr. Vereador não reconhece uma dívida de 466.072,22 € às Águas do Zêzere e Côa por vários Municípios terem interposto uma acção judicial contra as Águas do Zêzere e Côa. Porém, segundo informação fornecida por juristas consultados pelo executivo, dificilmente os Municípios conseguirão ganhar esta acção em tribunal, pelo que, terá de ser paga a dívida em causa.-----

-----Mais informou que ainda não foi interposta a referida acção judicial.-----

-----O Sr. Presidente informou que apesar de haver uma dívida registada de 1.720.435,92 € existe ainda uma dívida não registada no montante de 1.212.899,85 €. -----

-----Em relação à dívida não registada entedemos não ser um procedimento correcto, tanto do ponto de vista legal como contabilístico, e pressupõe-se uma violação à Lei dos Compromissos.

-----Quadro resumo conforme Informação Interna n.º 45/2013 da Divisão Financeira. -----

-----Atente-se pois no quadro resumo:-----

Disponibilidades	Divida total	Défice
873.974,41	1.893.964,07	-1.019.989,66

-----A Câmara tomou conhecimento da presente informação. -----

-----**Proposta n.º 11/PCM/MANDATO 2013-2017** -----

-----Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara a proposta n.º 11/PCM/MANDATO 2013-2017, referente às Informações Internas n.º 129 e 137 dos Serviços Técnicos, que a seguir se transcreve: -----

-----Considerando que as informações n.º 129 e 137 dos Serviços Técnicos, apresentadas em reunião do executivo de 8 de Novembro não foram aprovadas; -----

-----Considerando que as mesmas são necessárias e obrigam à aprovação daquele órgão.

-----Propõe-se a sua aprovação nas condições nelas dispostas. -----

-----**Proposta n.º 11/PCM/MANDATO 2013-2017 – Pareceres Prévios Vinculativos. -**

-----**Parecer Prévio Vinculativo.** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara a Informação Interna n.º 129/2013, referente ao Parecer Prévio Vinculativo – Prestação de Serviços na Área de Informática, que se encontra anexa à ata. -----

-----O Sr. Presidente explicou da necessidade de contratação de serviços informáticos que se prende com a saída de dois funcionários, um em regime de licença sem vencimento e outro em regime de cedência de interesse público. Salientou ainda que não foi este executivo que autorizou esta cedência e que o Município não pode ficar à mercê de um único estagiário. -

-----**Parecer Prévio Vinculativo.** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara a Informação Interna n.º 137/2013, referente ao Parecer Prévio Vinculativo – Prestação de Serviços na Área de Consultadoria/ Auditoria, que se encontra anexa à ata.-----

----- Informou o Sr. Presidente que este serviço é premente para avaliar em profundidade e através de uma entidade externa isenta, da real situação financeira do Município.-----

----- A Câmara depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por maioria de votos dos membros presentes, contando com um voto contra do Sr. Vereador Dr. António Edmundo Freire Ribeiro, apresentando a sua declaração de voto.-----

----- **Declaração de Voto** -----

----- **Ponto 2.2 Proposta n.º 11/PCM/mandato 2013-2017**-----

----- Pelo Sr. Vereador Dr. António Edmundo Freire Ribeiro, foi presente a sua declaração de voto, referente ao ponto 2.2 – Proposta n.º 11/PCM/mandato 2013-2017, que a seguir se transcreve:-----

----- Não nos parece que a melhor forma de começar o mandato seja a aumentar despesa corrente, que a Lei não permite, nem estão reunidas as condições legalmente exigidas para se recorrer a estas contratações de serviços, sendo pois ilegais e gerando responsabilidades, inclusive a financeira em quem as aprova; não se tendo, entre outros consultado a existência de pessoal em mobilidade, e tratando-se de trabalho que se enquadra no trabalho subordinado. A figura da prestação de serviços que a Autarquia pretende contratar não parece ter enquadramento legal, nem cabimentação orçamental, que até à data não foi presente, devendo, outrossim, recorrer-se aos conhecimentos nas áreas em apreço dos colaboradores de que o Município dispõe no seu Quadro, de entre os seus muitos Técnicos e Técnicos Superiores, potenciando a sua actividade, a sua formação e a sua realização profissional. O Município dispõe já de procedimentos de controlo e auditoria próprios, tem normas de controlo interno aprovadas pela Assembleia, como o Sr Presidente bem sabe, pois já em tempos desenvolveu V. Exa.º actividades de auditoria a vários serviços e secções do Município.-----

----- Por um lado suspendem-se os apoios à natalidade, à economia local e ao empreendedorismo e aos agricultores e à actividade da Empresa Municipal, por outro aumenta-se a despesa corrente, desnecessariamente e violando preceitos legais vigentes e imperativos a que o Executivo está vinculado. Temos forçosamente que discordar. As contratações em apreço são pois ilegais e alertamos o Sr. Presidente e o executivo para esse facto, atenta a

responsabilidade financeira futura que daí decorre para quem votar a favor. Voto pois contra, as propostas com a presente fundamentação. -----

-----O Sr. Presidente convocou o técnico superior, Dr. Mário Morais, para apresentar o respetivo cabimento, tendo sido referido que seria apresentado de imediato. -----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que lhe custa muito receber uma Câmara em que o poder de compra da região é o que mais caiu nos últimos quatro anos, segundo dados do INE, publicitados na comunicação local. -----

-----O Sr. Vereador respondeu que em 2009 foi o Concelho que mais subiu e aumentou o poder de compra no último mandato. -----

-----**Balancete de Tesouraria.** -----

-----**Resumo Diário da Tesouraria de dezanove de novembro de 2013.**-----

-----Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara o resumo diário da tesouraria de dezanove de novembro de 2013. -----

-----Operações Orçamentais: 3.758.567,02 € (Três milhões setecentos e cinquenta e oito mil quinhentos e sessenta e sete euros e dois cêntimos). -----

-----Operações não Orçamentais: 69.542,11 € (Sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e dois euros e onze cêntimos). -----

-----A Câmara tomou conhecimento da presente informação. -----

----- **Aprovação da ata em minuta** -----

-----A Câmara, deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que fosse esta ata aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----**Encerramento** -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, quando eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Ana da Conceição Reigado Aguilar Ribeiro, Assistente Técnica desta Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Paulo José Gomes Langrouva.